



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

1 **ATA DA DECIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR**
2 **PRO TEMPORE (CONSUP) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA).** Aos
3 26 (vinte e seis) dias do mês de outubro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 14h41min, no
4 auditório do Campus da UFCA em Juazeiro do Norte, situado à Avenida Tenente Raimundo
5 Rocha, S/N – Bairro: Cidade Universitária, reuniu-se o Consup em reunião convocada e
6 presidida pelo **Prof. Ricardo Luiz Lange Ness**, Reitor *Pro Tempore*. Fizeram-se presentes os
7 (as) conselheiros (as): **Ana Candida de Almeida Prado** (Pró-reitor de Ensino), **Francisco José**
8 **de Paula Filho** (Pró-reitor de Pesquisa e Inovação), **Cláudia Araújo Marco** (Pró-reitora de
9 Extensão), **Francisco Dreno Viana da Costa** (Pró-Reitor de Administração), José Robson
10 Maia de Almeida (Pró-Reitor Adjunto de Cultura), **Roberto Rodrigues Ramos** (Pró-reitor de
11 Gestão de Pessoas), Silvério de Paiva Freitas Júnior (Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento),
12 **Aluísio Martins de Sousa Júnior** (Procurador Geral), **Jacqueline Cosmo Andrade** (Diretora
13 do Instituto de Formação de Educadores), Antônio Nelson Lima (Vice-diretor do Centro de
14 Ciências Agrárias e da Biodiversidade), **João Adolfo Ribeiro Bandeira** (Diretoria do Instituto
15 de Estudos do Semiárido), **Cláudio Gleidiston Lima da Silva** (Diretor da Faculdade de
16 Medicina), **Márcio Mattos Aragão Madeira** (Diretor do Instituto Interdisciplinar de Sociedade,
17 Cultura e Arte), **Ledjane Lima Sobrinho** (Diretora de Assistência Estudantil), **Denysson Axel**
18 **Ribeiro Mota** (Representante dos coordenadores dos cursos de pós-graduação), **Heberty Di**
19 **Tarso Fernandes Facundo** (Representante docente de projetos de pesquisa), **Maria Silvana**
20 **Alcântara Costa** (Representante dos docentes – Prof. Titular), **Mário Henrique Gomes**
21 **Pacheco** (Representante dos docentes – Prof. Associado), **Gracy Kelli Martins Gonçalves**
22 (Representante dos docentes – Prof. Assistente), Alexandre Pereira de Souza (Representante dos
23 docentes – Professor Auxiliar), Paulo Júnior Alves Pereira (Representante dos discentes cursos
24 de graduação 5), José Thiago Barroso Chagas (Representante dos discentes dos cursos de
25 graduação 3) **Jefferson Carlos Guedes da Silva** (Representante dos servidores técnico-
26 administrativos), **Ana Paula de Oliveira Gomes** (Representante dos servidores técnico-
27 administrativos), **Felipe Cavalcante da Rocha** (Representante dos servidores técnico-
28 administrativos). Demais presentes: Ericsson Venancio Coriolano (Pró-Reitor Adjunto de
29 Ensino), Jeová Torres Silva Júnior (Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Orçamento), Leandro
30 Costa Lima (Chefe do Núcleo de Gestão da Codec). Havendo *quorum*, o prof. Ricardo Ness
31 cumprimentou os presentes e declarou abertos os trabalhos. **1. Aprovação da Ata da Reunião**
32 **Anterior** – A ata da 10ª reunião ordinária do Consup, realizada em 26 (vinte e seis) de setembro
33 de 2016 (dois mil e dezesseis), a qual foi encaminhada aos endereços eletrônicos dos
34 conselheiros para apreciação prévia em 23 (vinte e três) de outubro de 2016 (dois mil e
35 dezesseis). Em plenária, a ata foi posta em deliberação e, posteriormente, aprovada por
36 unanimidade, sem alterações. **2. Expediente. 2.1 – Inclusão de matéria na ordem do dia:** A
37 Prof.ª Ana Cândida de Almeida Prado propôs que o Consup discutisse a matéria relativa à
38 Medida Provisória 746, que trata da reforma do ensino médio. **2.2 – Exclusão de matéria na**
39 **ordem do dia:** Não houve. **2.3 – Justificativa de ausência de conselheiros:** Não houve. **3.**
40 **ORDEM DO DIA. 3.1 – Discussão do Conselho Superior da Universidade Federal do**
41 **Cariri sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 e apreciação de Proposta de**
42 **Nota de membros da Comunidade Acadêmica:** A Presidência iniciou sua fala explicando a
43 importância de trazer esse tema para discussão, disse que a PEC 241 tende a afetar a UFCA de
44 forma bastante dura, tanto em relação aos seus interesses e à questão orçamentária da



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

45 Universidade quanto ao que tange aos salários e proteções dos servidores. Dito isso, declarou
46 aberto o momento para discussão e passou a palavra para o Prof. Silvério de Freitas Júnior, Pró-
47 Reitor de Planejamento e Orçamento. Inicialmente o Prof. Silvério de Freitas disse que em
48 contato com membros do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do
49 Ceará - ADUFC, ele conseguiu realizar alguns encaminhamentos. Explicou que no ano de 2014
50 (dois mil e quatorze) a UFCA recebeu, sob um contingenciamento de 20% (vinte por cento), o
51 seu primeiro orçamento, o mesmo se repetiu nos anos de 2015 (dois mil e quinze), onde houve
52 praticamente 50% (cinquenta por cento) de contingenciamento para investimentos e 10% (dez
53 por cento) para o custeio, e em 2016 (dois mil e dezesseis), ano em que o contingenciamento
54 para os investimentos chegou a 50% (cinquenta por cento), foram liberados 100% (cem por
55 cento) do custeio. Apresentou ainda para o Consup uma simulação dos efeitos da Proposta de
56 Emenda à Constituição nº 241 - PEC 241 ao orçamento da universidade, considerando a sua
57 atuação a partir do ano de 2014 (dois mil e quatorze) e se estendendo até o ano de 2016 (dois mil
58 e dezesseis). Explicou que se a PEC 241 estivesse atuando sobre o orçamento de 2014,
59 considerando o contingenciamento realizado no ano e na Lei Orçamentária Anual (LOA),
60 teríamos um acréscimo de 18.000.000,00 (dezoito milhões) comparado ao valor liberado sem a
61 atuação da PEC 241. Disse ainda que, considerando a inexistência de contingenciamento no ano
62 de 2014, se a PEC 241 estivesse atuando sobre o orçamento de 2014 e a LOA, teríamos um
63 decréscimo em torno de 3.000.000,00 (três milhões) comparado ao valor liberado sem a atuação
64 da PEC 241. Disse que se a cada ano o decréscimo de 3.000.000,00 (três milhões) continuasse a
65 ser deduzido do orçamento, chegaríamos a uma situação insustentável, principalmente no que se
66 refere ao custeio. Disse ainda que o custeio da UFCA está estrangulado, sendo executado
67 praticamente em sua totalidade. Falou que aguardará a forma como o governo irá trabalhar com a
68 Lei Orçamentária Anual, se disponibilizará o seu orçamento completo ou se seguirá com os
69 contingenciamentos. Destacou o conteúdo do Art.103 da PEC 241, que dispõe sobre a
70 contratação de novos servidores e disse que o referido artigo afetaria a UFCA drasticamente.
71 Informou que a UFCA enfrenta um grave problema no que se refere à execução orçamentária,
72 considerando o número reduzido de servidores que atuam no setor de licitação. Disse ainda que
73 se a Universidade recebesse um acréscimo de 20 (vinte) ou 30 (trinta) milhões no seu orçamento,
74 não seria possível realizar o estudo e execução desse orçamento, dado o número reduzido de
75 servidores no setor competente. A Presidência reforçou o destaque dado ao Art. 103 da PEC 241,
76 dizendo que afetará diretamente o processo de expansão da UFCA, tendo em vista que a criação
77 de novos cursos implica a contratação de novos servidores docentes. O Sr. José Thiago Barroso,
78 representante dos discentes dos cursos de graduação, iniciou sua fala afirmando que discutir
79 acerca da PEC 241 é discutir sobre o futuro da educação brasileira. Manifestou a sua
80 preocupação quanto a realização dos cortes nos investimentos na educação, principalmente no
81 que se refere aos que seriam afetados inicialmente por tais medidas. Relembrou que no período
82 em que ingressou na UFCA, entre os anos de 2013 e 2014, conseguiu a sua primeira bolsa de
83 iniciação acadêmica, participando de um edital cuja oferta era de 100 (cem) vagas e que hoje há
84 oferta de apenas 20 (vinte) bolsas para o auxílio moradia e uma concorrência de 200 (duzentos)
85 alunos, dos quais 100 (cem) estão aptos a receber a bolsa. Disse ainda que considera os
86 beneficiários de bolsas e os alunos que participam dos cursos mais precarizados os mais afetados
87 pelos contingenciamentos e falou o quanto esses contingenciamentos têm afetado o andamento
88 do curso de agronomia, do qual faz parte, ilustrando através da precarização do uso dos veículos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

89 institucionais e da impossibilidade da UFCA conseguir um trator para a viabilização das
90 atividades inerentes ao curso. O conselheiro José Tiago ainda falou da necessidade de um
91 posicionamento do Conselho Superior - Consup contra a PEC, além da produção de uma nota,
92 bem como uma efetiva participação da comunidade acadêmica na assembleia unificada dos
93 servidores técnico-administrativos e docentes. O Prof. Silvério de Freitas Júnior, Pró-Reitor de
94 Planejamento e Orçamento, explicou que por meio da Portaria nº 67, de 01 de março de 2016, o
95 Ministério da Educação - MEC limitou os gastos com a contratação de bens e serviços e a
96 concessão de diárias e passagens. Disse que a UFCA possuía o orçamento e iniciou o processo
97 licitatório da demanda do Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade – CCAB quanto à
98 compra de um trator e de um ônibus agrário para as aulas práticas do curso de agronomia, mas
99 teve que recuar diante do disposto na Portaria supracitada. Considerando as viagens para
100 viabilização das aulas práticas do curso de agronomia, falou ainda que o impedimento maior não
101 se trata de uma questão orçamentária, mas contratual; que o contrato dos motoristas terceirizados
102 da universidade chegou ao seu limite, mas deve ser revisto para favorecer a viabilização das
103 aulas práticas do curso de agronomia. O Prof. Ivânio Azevedo, não conselheiro, pediu a palavra e
104 ressaltou a importância da Universidade e do Consup assumirem, de fato, um posicionamento
105 contrário à PEC 241. Disse que considera que estamos sofrendo em razão de uma mudança no
106 regime fiscal, como também por causa da institucionalização dos contingenciamentos pelos
107 quais passamos nos anos de 2013, 2014 e 2015, durante o governo da presidente Dilma Rousseff.
108 Falou que a UFCA vive o espírito da PEC 241 desde o seu nascedouro, tendo a sua série
109 histórica construída a partir de contingenciamentos. Falou que as mudanças ocasionadas pela
110 PEC 241 serão muito drásticas para que a sua aprovação se dê de forma tão apressada.
111 Reforçando a sua fala inicial, expressou a importância do Conselho Superior assumir um
112 posicionamento que fortaleça as posições nacionais, principalmente os setores da educação,
113 criando uma atmosfera no sentido de revertermos essa situação, tendo em vista que dentro do
114 Congresso já não se pode resolver. Disse ser importante a emissão de um documento do
115 Conselho Superior e, se necessário, realizarem discussões mais técnicas e específicas. O Prof.
116 Ericsson Coriolano, Pró-Reitor Adjunto de Ensino, disse que o governo está usando a
117 responsabilidade fiscal como seu grande argumento, mas que na verdade a questão se trata de
118 uma visão bastante burocrática. Falou que, considerando a administração gerencial, deve existir
119 uma responsabilização não só econômica, mas também social, em relação ao planejamento, os
120 custos e os resultados daquilo que é planejado, salientando que há uma série de indicadores que
121 até o momento não foram expostos pelo governo. A Presidência falou que os impactos da PEC
122 241 seriam sentidos a médio prazo, considerando que seus efeitos se estenderiam ao longo de 20
123 (vinte) anos. Falou ainda que os impactos recairiam não somente sobre os recursos direcionados
124 à saúde e educação, mas também afetariam toda a perspectiva de desenvolvimento do país. Falou
125 inclusive que em um curto prazo, os salários dos servidores poderão ser afetados pelos efeitos da
126 PEC 241. O conselheiro Felipe Cavalcante, representante dos servidores técnico-administrativos,
127 falou que no Congresso esse processo já não pode ser mudado, mas que a mudança só poderá
128 acontecer com uma maior mobilização da sociedade brasileira. Questionou o Prof. Silvério de
129 Paiva, Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento, e o Prof. Francisco Dreno Viana, Pró-Reitor de
130 Administração, acerca da possibilidade de apresentação de uma simulação que retrate como
131 ficará a situação da UFCA e dos servidores, considerando a necessidade de compra de
132 equipamentos e de contratação de novos servidores docentes e técnico-administrativos, visando



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

133 atender ao projeto de expansão da Universidade com a criação de novos cursos. O Prof. Silvério
134 de Paiva disse que seria possível providenciar algo nesse sentido. O Prof. Herberty Di Tarso,
135 representante docente de projetos de pesquisa, iniciou a sua fala promovendo uma reflexão
136 acerca da trajetória da universidade para ter sido penalizada dessa forma. Falou que a ação da
137 Universidade no ambiente de atuação da política brasileira é insuficiente. Falou ainda que muitas
138 vezes a Universidade brasileira assume uma posição acerca de um determinado assunto, sem
139 antes realizar uma análise do mérito e do tempo em que está inserida. Declarou não ser a favor
140 da PEC 241, mas acredita que, primeiramente, deve ser realizada uma reflexão acerca da atuação
141 da Universidade e, em um segundo momento, refletir se a PEC 241 por si só é um mecanismo
142 tão maléfico. Explicou que, no seu entendimento, a PEC 241 não retira totalmente o dinheiro da
143 educação, mas leva o país a priorizar os seus gastos. Falou que as áreas da educação, ciência e
144 tecnologia devem convencer a sociedade, o governo e os legisladores de que são importantes.
145 Manifestou o apoio ao discente representante dos cursos de graduação José Thiago Barroso e
146 defendeu sua posição política contrária ao governo atual. Disse ainda que, diferente do que falou
147 o Prof. Silvério de Paiva, quando se referiu ao Art. 103 da PEC 241, a Proposta de Emenda à
148 Constituição não extingue a possibilidade de realização de concursos, mas impede a realização
149 de concursos pelos órgãos que gastarem mais que o permitido. Fez a leitura do artigo 103 da
150 PEC 241: “*Art. 103. No caso de descumprimento do limite de que trata o caput do art. 102 deste*
151 *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aplicam-se, no exercício seguinte, ao Poder*
152 *ou ao órgão que descumpriu o limite, vedações: (...)”*. O Prof. Roberto Ramos falou que de uma
153 forma básica o orçamento atual é igual ao orçamento do ano anterior somado à inflação.
154 Considerando o crescimento populacional, seria impossível manter o orçamento do ano anterior
155 contando apenas com a inflação. Disse que em relação à universidade, o gasto com pessoal não
156 irá diminuir, considerando as progressões dos servidores, a folha de pagamento tende a aumentar
157 e conseqüentemente irão diminuir o custeio e o investimento. Falou ainda que no caso da UFCA,
158 considerando a expansão estrutural, não seria possível arcar com o custeio e a manutenção de
159 toda a sua estrutura com um orçamento sob os efeitos da PEC. O Prof. Ivânio Azevedo falou que
160 os efeitos da PEC 241 serão sentidos em um curto prazo, dentro de dois anos no máximo
161 teríamos um custeio estrangulado. Disse que a UFCA vive em um contingenciamento, mas
162 apesar dele e dos problemas gerados pela insuficiência de pessoal, possui uma capacidade de
163 execução muito alta. Retomando o Art. 103 da PEC 241, falou que o mesmo pode ser
164 compreendido através de um cálculo simples e fez a seguinte explicação: “*Se o crescimento da*
165 *Universidade deve estar compreendido dentro do orçamento do ano anterior somado à correção*
166 *da inflação, logo não poderão existir novas contratações, tendo em vista que elas extrapolariam*
167 *o limite estabelecido. A contratação de novos servidores aumenta o orçamento da própria*
168 *instituição”*. Falou ainda que considera que o Projeto de Lei 2208/2011, que cria a Universidade
169 Federal do Cariri, precisa ser repactuado, pois a universidade já não pode trabalhar com 6.490
170 (seis mil, quatrocentas e noventa) vagas para o ano de 2019 (dois mil e dezenove), uma vez que
171 o governo não cumpriu com a sua parte no tocante ao orçamento, custeio e investimento.
172 Acrescentou falando que a decisão quanto à abertura e implantação de novos cursos deverá ser
173 de natureza pública, não podendo ficar apenas sob a responsabilidade da gestão. O Prof. Roberto
174 Ramos falou que os concursos previstos para professores ocorrerão e que há concursos
175 programados para iniciarem as inscrições nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 (dois mil e
176 dezessete). O conselheiro Paulo Junior Alves, representante dos discentes dos cursos de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

177 graduação, disse que se posicionar contra a PEC 241 é posicionar-se a favor do Brasil, a favor de
178 uma educação que, de fato, atenda às necessidades da sociedade. Falou que considera que a PEC
179 241 toma o direito e as oportunidades de a sociedade brasileira ingressar no ensino superior e
180 esquece as classes menos favorecidas. O prof. Cícero Marcelo Bezerra expressou o seu
181 estranhamento diante da decisão tomada pelo governo para estancar os gastos públicos,
182 modificando a constituição, quando existem medidas menos drásticas como pagamento da dívida
183 pública e a alteração dos juros. Falou ainda que atualmente vivemos um momento de pré-greve,
184 no qual a categoria dos professores já se encontra desgastada pelas greves anteriores. Disse que a
185 categoria dos professores não consegue fortalecer o movimento e obter da sociedade o
186 reconhecimento necessário, tendendo a ser vista como o grande vilão. Questionou a respeito das
187 atitudes e medidas que poderiam ser adotadas, visando movimentar a sociedade. O conselheiro
188 Felipe Cavalcante, representante dos servidores técnico-administrativos, respondendo ao
189 questionamento do Prof. Cícero Marcelo Bezerra, falou que poderíamos buscar entender a PEC e
190 os seus efeitos, saindo das dependências da Universidade, a fim de nos unirmos a outras
191 instituições e irmos ao encontro da comunidade, mostrando o que é a PEC 241 e explicar os seus
192 efeitos. O Prof. Roberto Ramos sugeriu a construção de um debate contando com a participação
193 de opiniões favoráveis à PEC 241. O Prof. Herberty Di Tarso destacou como um dos pontos
194 positivos da PEC 241 o surgimento de discussões a respeito do orçamento das universidades
195 dentro das próprias universidades. A presidência passa a palavra para a Diretora de
196 Comunicação, Cristina Carneiro de Menezes, que iniciou a sua fala dizendo que a nota foi
197 pensada por uma equipe de mobilização existente na UFCA, composta por um movimento
198 conjunto de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos. Falou que com a
199 aprovação do Consup, a nota seria publicada no portal e veiculada através dos informes e a
200 página da UFCA no facebook, como sendo o posicionamento da Universidade Federal do Cariri
201 a respeito da PEC 241. Fez, então, a leitura da proposta de nota na íntegra: “*A comunidade*
202 *acadêmica da Universidade Federal do Cariri (UFCA) vem, por meio desta nota, manifestar sua*
203 *preocupação com o grave risco que corre a Educação pública e gratuita brasileira no caso de*
204 *aprovação e posterior implementação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016,*
205 *a PEC que amarra os gastos públicos por 20 anos. O congelamento dos recursos para a*
206 *Educação e para a Saúde, previsto na PEC 241, afetará diretamente a expansão da*
207 *Universidade Federal do Cariri no ensino, na cultura, na pesquisa e na extensão, bem como nas*
208 *políticas de bolsas e de permanência dos estudantes, na criação de novos cursos e na admissão*
209 *ou contratação de pessoal. Isso inviabilizará o funcionamento das atividades regulares da*
210 *universidade e promoverá continuamente a obsolescência das universidades públicas*
211 *brasileiras. Além disso, a não concessão de aumento, reajuste ou adequação de remuneração de*
212 *servidoras e servidores, previstos no artigo 103 da PEC 241, agride direitos trabalhistas*
213 *essenciais. Dessa maneira, a UFCA, pautada no princípio da defesa intransigente pela*
214 *Educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade apoia e se junta às mobilizações e*
215 *manifestações contra a PEC 241.” O Prof. Herberty Di Tarso reconheceu a validade da nota,
216 porém discordou que a mesma representasse a opinião da comunidade acadêmica. Falou que
217 para que a nota tenha validade, primeiro ela deveria passar pela comunidade acadêmica para
218 depois seguir para o Consup. O Prof. Ericsson Coriolano explicou que a comunidade acadêmica
219 tem manifestado a sua postura contrária a PEC, como pode ser percebido através dos cartazes
220 espalhados pela UFCA. Falou que o movimento é legítimo e que nota representa o desejo da*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

221 comunidade acadêmica e foi encaminhada por ela para o Consup. A Diretora de Comunicação,
222 Cristina Carneiro disse ter participado de reuniões que contaram com a participação de
223 representantes da comunidade acadêmica, alunos e servidores docentes e técnico-
224 administrativos, nas quais foram formadas comissões, uma das quais conta com a sua
225 participação. Falou que a comissão de mobilização realizou visitas as salas de aula da UFCA e
226 de instituições do ensino médio visando discutir a PEC 241. Falou ainda que considera que a
227 nota surgiu de um movimento e não do Consup. O Prof. Herberthy Di Tarso falou que a
228 Faculdade de Medicina - FAMED não recebeu a visita de tais comissões e que ele mesmo não
229 foi consultado a respeito. Concluiu dizendo que dessa forma a nota não pode representar a
230 comunidade acadêmica. A Prof.^a Claudia Araújo Marco concordou com a fala do Prof. Herberthy
231 Di Tarso, no sentido de que a UFCA deve ter cautela em declarar o seu posicionamento.
232 Questionou até que ponto o Conselho Superior poderia declarar que a UFCA é contra a PEC 241.
233 O Representante dos discentes dos cursos de graduação, José Thiago Barroso disse ter
234 participado de discussões sobre a PEC 241 no campus CCAB, inclusive contando com a
235 participação da Prof.^a Camila Prado. A Presidência fez duas sugestões: pediu que fosse
236 informado na nota que a Universidade está em processo de implantação e que na sua publicação
237 constasse que a mesma foi lida e aprovada no Consup. Reconheceu a legitimidade da nota,
238 considerando que houve oportunidade de discussão e a que a mesma foi submetida ao Consup.
239 Esclareceu dizendo que a nota não é do Conselho, mas pode ser aprovada por ele. A Prof.^a Ana
240 Cândida de Almeida Prado sugeriu a alteração da expressão, constante no segundo parágrafo:
241 *“Isso inviabilizará o funcionamento das atividades regulares...”* por *“Isso precarizará o*
242 *funcionamento das atividades regulares...”*. A Presidência consultou os Conselheiros acerca da
243 representatividade da nota para a comunidade acadêmica e a maioria se manifestou de forma
244 favorável, reconhecendo a legitimidade da nota. A Prof.^a Ana Cândida de Almeida Prado
245 consultou os conselheiros acerca da sua sugestão de mudança na expressão supracitada e a
246 maioria se manifestou de forma favorável. Após a explanação, não mais havendo ponderações, a
247 matéria foi colocada em votação e aprovada, com 1(uma) abstenção. Documento gerado: Não
248 houve. **3.2 – Discussão do Conselho Superior da Universidade Federal do Cariri sobre a**
249 **Medida Provisória 746/2016 e Proposta de Nota acerca do posicionamento da Comunidade**
250 **Acadêmica:** A Pró-Reitora de Ensino, Prof.^a Ana Cândida de Almeida Prado, iniciou a sua fala
251 questionando acerca dos encaminhamentos que poderiam acontecer a partir da discussão.
252 Sugeriu a construção dessa nota na ocasião ou que fosse discutido em momento posterior, em
253 assembleia, contando com a participação da comunidade acadêmica, a Medida Provisória (MPV)
254 746/2016, a fim de construir uma nota contendo o posicionamento da comunidade acadêmica da
255 UFCA a respeito dessa norma. Explicou que a MPV 746/2016 trata de uma concepção do
256 governo relacionada aos investimentos em educação. Explicou, ainda, quanto ao conteúdo da
257 MPV 746/2016, que ela propõe diferentes linhas de formação, possibilitando a ocorrência de
258 vários tipos de currículo no Ensino Médio, ponto que já estava previsto na Lei de Diretrizes de
259 Base da Educação Nacional (LDB), mas que não é colocado em prática nas escolas públicas em
260 consequência da carência de professores. Falou que a MPV 746/2016 prevê a destinação de
261 1.200 (mil e duzentas) horas, das 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas contidas nos três anos
262 que compõem o Ensino Médio, para os conteúdos da Base Curricular Comum. Falou ainda que o
263 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) só poderá abordar as matérias contidas na Base
264 Curricular Comum. Disse que para a Escola em tempo integral está previsto o atendimento de no




UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

265 mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos de toda a educação básica, o que está em
266 oposição ao disposto na LDB, que traz a educação como direito de todos. Disse que a Medida
267 Provisória 746/2016 desobriga o ensino de artes, filosofia, sociologia, educação física e
268 espanhol. Explicou que na prática os ensinamentos de filosofia e sociologia são precarizados pela
269 escassez de professores. Manifestou que o seu posicionamento não é contra a Reforma do Ensino
270 Médio, mas criticou a forma acelerada e os meios pelos quais ela está ocorrendo, bem como a
271 priorização da definição de uma carga horária máxima de ensino, em vez do próprio conteúdo a
272 ser trabalhado. Explicou que no Congresso Nacional já existem 600 (seiscentas) emendas à
273 Medida Provisória 746/2016, considerando assim que o seu conteúdo pode ser agravado.
274 Lastimou e questionou o esvaziamento do auditório durante a discussão de uma Medida
275 Provisória que trata não somente da reforma do ensino médio, mas do ensino e da educação
276 como um todo. Explicou que, *a priori*, o tema parece interessar apenas as licenciaturas, mas que
277 é necessário haver a percepção de que os alunos que sofrerão os efeitos da Medida Provisória
278 746/2016 futuramente ingressarão na Universidade. O Prof. Roberto Ramos, Pró-Reitor de
279 Gestão de Pessoas, falou que o tema poderia ser melhor discutido na UFCA. Falou ainda que o
280 foco das discussões e assembleias estava sobre a PEC 241. O Prof. José Robson Maia, Pró-
281 Reitor Adjunto de Cultura, falou que a Medida Provisória 746/2016 está intimamente ligada à
282 Proposta de Emenda Constitucional 241. Considerou sintomático o governo lançar
283 simultaneamente uma PEC de contingenciamento de gastos e uma Medida provisória que
284 reformula o Ensino Médio, considerando que parte dessa reforma se dá no âmbito orçamentário.
285 Retomando a exposição de pontos da Prof.^a Ana Cândida de Almeida Prado, considerou que as
286 medidas supracitadas afetarão a qualidade do ensino. Disse que, com a MP 746/2016, as
287 despesas destinadas para a educação informal serão retiradas do orçamento e passarão a ser
288 discricionárias, o que impossibilitará que o ponto seja discutido no orçamento para a educação.
289 Disse ainda que a Reforma do Ensino Médio obriga os alunos dos 1º (primeiro) ano e 2º
290 (segundo) ano a escolher uma trajetória de formação, o que não será benéfico, considerando que
291 os estudantes dessa faixa etária ainda não detêm maturidade para tanto. Falou que a Medida
292 Provisória 746/2016 foi amplamente debatida na Universidade, inclusive durante a realização da
293 III Mostra UFCA. Falou ainda que ocorreram vários eventos promovidos pelas licenciaturas,
294 contando com a participação e o apoio da Universidade Regional do Cariri, que colocaram em
295 discussão a Medida Provisória 746/2016. Disse que no dia 6 (seis) de outubro de 2016 a Pró-
296 Reitoria de Cultura, em parceria com o Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Arte,
297 publicou no portal da UFCA uma Nota de repúdio a Medida Provisória 746/2016. O Prof. João
298 Adolfo Ribeiro concordou com a fala do Prof. José Robson Maia e disse que nós estamos
299 sofrendo ataques homeopáticos do governo. Disse que os debates sobre a PEC 241 e a MPV
300 746/2016 são debates técnicos, jurídicos e, antes de tudo, políticos. Questionou a forma como o
301 governo lançou a MPV 746/2016, considerando a ausência de diálogo com a comunidade em
302 geral. Disse que o debate não se limita apenas ao interesse das licenciaturas, mas é função do
303 educador debater o ensino e a educação como um todo. Sugeriu que o debate, abordando a PEC
304 241 e MPV 746/2016, deveria ser constantemente retomado, envolvendo a participação de
305 membros da comunidade acadêmica com diferentes pontos de vista sobre os assuntos. Externou
306 a sua tristeza quanto ao esvaziamento do auditório durante a realização da discussão e pediu que
307 o ocorrido fosse registrado em ata. O Prof. José Robson Maia, considerando a fala do Prof. João
308 Adolfo Ribeiro, disse que o governo lançou a MPV 746/2016 sem que a mesma fosse antes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

309 discutida com os professores, diretores, coordenadores pedagógicos, escolas e alunos, público
310 diretamente ligado a Educação. O Prof. Roberto Ramos agradeceu ao Prof. José Robson Maia
311 pela exposição dos vários momentos em que a MPV 746/2016 foi discutida na UFCA e sugeriu
312 que a discussão fosse retomada em outra oportunidade, contando com a participação dos
313 servidores do Instituto de Formação de Educadores (IFE), Paulo Gonçalo Farias e Rodrigo
314 Lacerda, que participaram de uma jornada de debates, realizada na Universidade Federal da
315 Bahia, acerca da Medida Provisória. O Prof. Ricardo Ness falou que a Associação Nacional dos
316 Dirigentes de Instituições Federais de Ensino (ANDIFES) tem promovido, em parceria com as
317 Universidades, uma série de discussões sobre a MPV 746/2016. A Prof.^a Ana Cândida de
318 Almeida Prado convidou o Pró-Reitor Adjunto de Cultura, a Pró-Reitora de Extensão e o Pró-
319 Reitor de Pós-Graduação para juntos construírem um debate, em assembleia, e elaborarem uma
320 nota com o posicionamento da comunidade acadêmica sobre o assunto. O Prof. José Robson
321 Maia sugeriu que a discussão partisse da nota publicada pela Pró-Reitoria de Cultura
322 (PROCULT), em parceria com o Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Arte (IISCA),
323 e que a mesma fosse ampliada, considerando os pontos expostos pela Prof.^a Ana Cândida Prado.
324 A Pró-Reitora de Ensino considerou importante a manifestação da UFCA de uma forma mais
325 abrangente sobre o assunto, pois o tema está ligado à formação e educação. O Prof. Ricardo Ness
326 manifestou o total apoio da reitoria aos trabalhos que viessem a ser desenvolvidos no âmbito da
327 discussão da Medida Provisória 746/2016. **Documento gerado:** Não houve. 4. Comunicações
328 dos Conselheiros: Não houve ponderações. 5. Comunicações da Presidência: a) O Prof. Ricardo
329 Ness deu boas-vindas à servidora Cristina Carneiro de Menezes, nomeada para exercer o cargo
330 de Diretora de Comunicação. b) A Presidência convidou todos a participar da Solenidade de
331 comemoração de aniversário dos Cursos de Agronomia, Administração, Biblioteconomia,
332 Engenharia Civil e Filosofia instalados há dez anos na região do Cariri. c) O Prof. Ricardo Ness
333 parabenizou o sucesso na realização da III Mostra UFCA e estendeu as suas congratulações a
334 todos os envolvidos na execução da Mostra. Às 16 horas e 56 minutos, nada mais havendo a
335 tratar, a presidência agradeceu o comparecimento dos conselheiros. Para constar, eu, Leandro
336 Costa, secretariando os trabalhos, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada por
337 mim e pela Presidência.

338
339 
340 Ricardo Luiz Lange Ness

341
342 
343 Leandro Costa Lima